

Diário Notícias

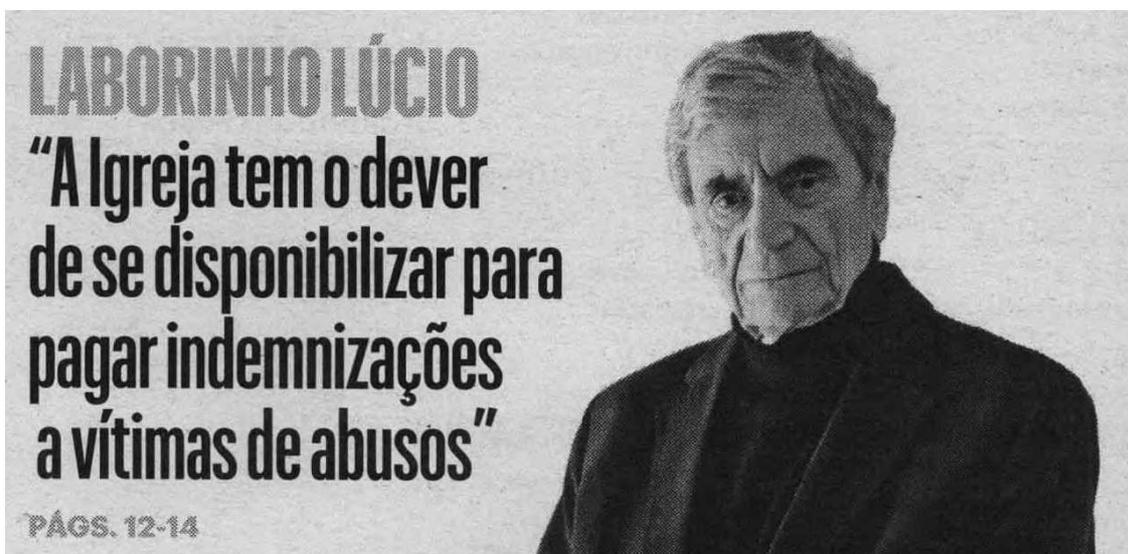
20-03-2023

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,12,13,14**



Laborinho Lúcio

“A Igreja tem o dever de se disponibilizar para pagar uma indemnização”

ABUSOS SEXUAIS Juiz conselheiro jubilado, ex-ministro da Justiça, escritor, é parte da comissão para as questões jurídicas. Assiste “perplexo” à reação dos bispos para com os suspeitos, no ativo ou não. Todos importantes, incluindo os mortos, para indemnizar as vítimas.

ENTREVISTA CÉU NEVES

Acompanhou em direto a conferência da Imprensa da Conferência Episcopal de Lisboa (CEP)?

Não, a Comissão [Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica] estava reunida com as ministras da Justiça e do Trabalho e da Segurança Social e Solidariedade, mas estive durante a manhã a trabalhar com a CEP e estávamos relativamente tranquilos em relação ao que ia acontecer na conferência.

Tranquilos em relação às medidas que seriam tomadas?

Havia uma absoluta consonância em relação aos pontos de vista. D. José Ornelas tinha iniciado a sessão da manhã com uma intervenção muito assertiva. Louvou o trabalho da Comissão e disse que era tempo da Igreja atuar. E assim, à conferência de imprensa que foi a negação disto, não houve qualquer preocupação com o sofrimento das vítimas, não se falou no relatório. Arranjou-se uma situação estranha à volta da lista de nomes e sobre a qual falámos ao longo do ano.

E há bispos que continuam a criticar, que tem “apenas nomes”.

Por isso, a minha reação foi de perplexidade, não se percebeu a reação em função daquilo que tinha acontecido. E o que aconteceu a seguir piorou as coisas. Sucederam-se declarações estranhas e vindas de pessoas respeitáveis. Tenho muito respeito e consideração por D. Manuel Clemente, pela sua capacidade intelectual. Aprendi a ter respeito e consideração por D. José Ornelas durante este ano em que estive em contacto, teve sempre numa atitude de grande disponibilidade. Com D. Manuel Clemente é mais estranho, fez afirmações que não são compatíveis com aquilo que é.

Desfasamento da realidade?

Apenas digo que ficámos perplexos. Não ser que comece a construir razões estratégicas para que as coisas

fossem feitas assim, mas não ganhámos nada em ir por aí.

Como se explica esta reação?

Gostava de entender e tenho pena de não o conseguir; ou de não querer entender o que possa entender.

Aqui, preciso de tradução.

Não queria concluir que é proposto para antecipar uma decisão negativa relativamente a todos os casos, que se esteja a criar uma dificuldade de percurso para que se possa chegar ao fim e dizer que não há prova nenhuma. Se houver um trabalho apurado, uma investigação séria, se se quiser levar por diante este projeto, é bem possível que apareçam provas. São outros tempos, morreram pessoas, passou demasiado tempo sobre os factos, mas é preciso que a Igreja perceba que o grande objetivo da Comissão não é condenar, mas entregar dados para que possa agir preventivamente de forma a que não haja mais vítimas.

O que é que poderá ter acontecido depois de falarem com os bispos?
Há pelo menos duas posições na Igreja, uma ultra conservadora, reacionária, completamente fechada às vítimas e ao seu sofrimento. E há

a posição de abertura que é a do Papa Francisco, do Evangelho, a do respeito pelas vítimas, de apoio ao seu sofrimento, da tal “tolerância zero”. Estas duas posições são inconciliáveis, qualquer tentativa de reconciliação favorece a primeira e, provavelmente, foi o que aconteceu.

Como foi o processo de entrega da lista dos suspeitos de abusos?

Os nomes foram por divididos em envelopes que foram entregues a cada diocese para manter o secretismo, havia essa promessa. Foi dito que eram alegados abusadores, estivessem no ativo ou não.

As dioceses já os conheciam?

Cada bispo – ou cônegos designados por eles – conhecia quais os factos que correspondiam a cada um dos nomes. Trabalharam com o Grupo de Investigação Histórica (GIH).

Que resulta do cruzamento de dados, não perguntaram às vítimas o nome do agressor.

Exactamente, havia quem indicasse nomes, a maioria disse o ano e o sítio onde ocorreram os abusos. E há o anuário eclesialístico que permite saber quem foi o padre que esteve naquele ano e local. O GIH fez o cruzamento dos dados dos arquivos diocesanos com os testemunhos.

Sabiam que haviam falecido mais de um terço dos padres?

Sim. A primeira hipótese era fazer uma lista só com quem estivesse no ativo. Depois, decidimos incluir todos: alegados abusadores no ativo, já mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores.

Porquê os mortos?

Evidentemente que não podem ser perseguidos criminalmente, nem disciplinarmente, mas os factos por eles praticados continuam a determinar a possibilidade de indemnizações. As vítimas estão vivas.

apoio psicológico, psiquiátrico, etc.

Esos que já foram objeto de processos ou desconhecidos?

É natural que a Comissão não soubesse, nem tinha que saber, mas estamos a falar da mesma coisa. Há factos e que são determinantes para atribuir indemnização. Os desconhecidos podem ser desconhecidos numa diocese e não ser noutra, podem ter mudado, como o bispo que está à frente da diocese, etc.

Pretende-se, também, a atribuição de responsabilidade na ocultação?

É importante perceber como a Igreja reagiu aos casos, o que fez, se ocultou. É importante que as pessoas tenham esta ideia: a nossa comissão não foi de investigação e muito menos de investigação criminal. Foi de estudo relativamente à situação de abusos sexuais na Igreja em Portugal entre 1950 e 2022. Apresentámos um trabalho sobre quem são as vítimas e qual é a sua situação; quem são os abusadores. Nada disto é suficiente para condenar os alegados abusadores, mas há uma séria possibilidade de fundamentar esta imputação. Há factos descritos em circunstâncias que os tornam credíveis e que permitem alimentar a possibilidade de terem acontecido. Temos de o confirmar, mas, ao mesmo tempo, evitar que, sobre quem recaí a suspeita, continue a exercer funções junto de crianças.

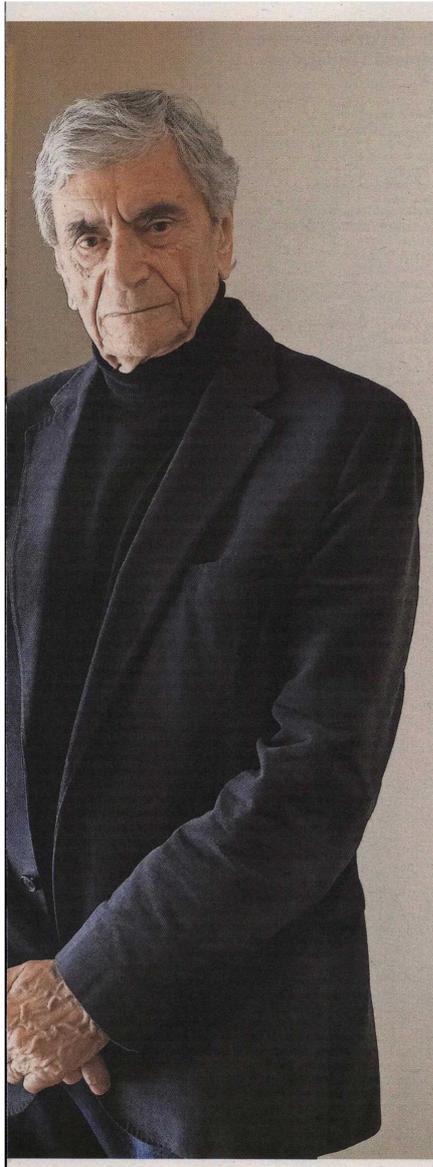
O que os bispos deveriam ter feito?

Teria corrido muito melhor se tivessem chamado os alegados abusadores e dito: “Não há nada contra você do ponto de vista definitivo, têm direito à defesa, mas seria de bom tom que tomassem a iniciativa de suspender a atividade até a investigação chegar ao fim. Tomavam uma atitude de grande dignidade”.

São tomadas medidas avulsas.

Há exemplos claros de como se deve fazer, desde logo, o arcebispo





de fôra, que ao longo de todo este ano colocou sempre a questão no ponto certo. O bispo de Angra, de uma geração mais nova e que tem outra abordagem, atuou de uma maneira tão exemplar que conseguiu esta coisa notável: já tem queixas de quem nunca tinha deposto. Desenvolveu uma relação de confiança na Igreja e nele próprio que aproximou as vítimas. O receio é que não só não se tenha criado confiança na Igreja como se tenha aumentado essa desconfiança.

Sentem-se enganados?
 Enganados não, sentimo-nos desiludidos e perplexos.

Uma das vossas recomendações era que as Comissões Diocesanas de Menores sejam constituídas apenas por leigos.

Mas há muitos leigos que estão tão vinculados à Igreja como os próprios clérigos.

Qual é, então, a solução?

Propomos a criação de uma comissão nacional que se afirme pela sua credibilidade, independência e isenção, para manter o reforço de confiança que as vítimas depositaram na CI. Em cada diocese haveria um representante desta comissão. A confiança nas comissões diocesanas não existe neste momento. Não é porque haja qualquer crítica, inclusivamente são presididas por uma pessoa que conheço bem, respeitadíssima, o dr. Souto Moura [preside à equipa de Coordenação Nacional das Comissões Diocesanas de Proteção de Menores], mas as vítimas sentem-se mais afastadas. É necessário reorganizar essa confiança.

Outra das polémicas é o acompanhamento psicológico das vítimas, quem o deverá fazer?

Não pode ser a Igreja a nomear internamente pessoas para prestarem esse serviço. A Igreja deve estabelecer protocolos com o SNS – falamos com o SNS e estão disponíveis. A vítima não vai para dentro da Igreja falar com alguém indicado pela Igreja, sobretudo sobre aquilo que é mais íntimo e gera um sofrimento profundo. Isto está no relatório.

As indemnizações são uma questão ética mais do que legal?

Tem que ser uma questão moral e ética. A Igreja não pode dizer: "Vamos esperar que seja declarado o direito e a sentença seja transitada em julgado". O importante é perceber se é credível o depoimento. Se uma pessoa é vítima de abusos sexuais praticados pela Igreja, a Igreja tem o dever de se disponibilizar para pagar uma indemnização. Não é novidade nenhuma, foi o que aconteceu em França, Austrália, Estados Unidos, Irlanda. Não é por não haver abusadores condenados que não há abusos, estão o mais do que provados e demonstrados e são aos milhares. Mas, mesmo que não seja a indemnização, porque as vítimas nunca o pediram (houve casos esporádicos), tem de haver disponibilidade para o acompanhamento psicológico.

Não tiveram dúvidas sobre nenhum testemunho?

"A Igreja tem de demonstrar uma posição clara sobre esta matéria. Foi anunciada uma praça do Perdão nas JMJ – não sou capaz de ver esta praça sem que haja um placard da Igreja a pedir perdão às vítimas dos abusos sexuais no seu seio."

Este trabalho foi construído tecnicamente e cientificamente por forma a que estes testemunhos pudessem ser creditados, mas claro que nenhum de nós pode garantir que todos sem exceção são verdadeiros, ninguém pode. Nos estudos conhecidos há uma margem de infalibilidade de 3%, nós tomamos como boa 5% e fizemos uma exclusão de 10%, está muito dentro da margem de segurança. A ideia de que é preciso prova levanta-se desde logo face à necessidade de identificação da vítima e a vítima, que não se quis identificar, não tem agora condições de confiança para o fazer. Cita-se muitos os tribunais e a justiça civil e há uma regra importante, tão antiga que quando começei a trabalhar na magistratura já havia jurisprudência. Nos crimes sexuais, é fundamental dar particular relevância às declarações da vítima, porque são cometidos sem publicidade.

Há dioceses, como Lisboa e Porto, que pediram mais dados. Têm entregue informação adicional?

A Comissão dá mais dados, desde que não ponham em causa o segredo da identidade da vítima. Mas os dados disponíveis já são suficientes para intervir preventivamente. Podem não ser suficientes para condenar, mas para prevenir basta o que têm, nomeadamente Lisboa e Porto, onde se fizeram muitos mais cruzamentos. Em Lisboa, o GIH trabalhou diretamente com um cônego indicado pelo patriarcado que acompanhou os arquivos, que fez um trabalho de quadrícula perfeito.

Podemos dizer que a Igreja Católica portuguesa é muito mais conservadora que em outros países?

Não quero fazer este tipo de comparação. Ouvimos manifestações da Igreja portuguesa – que não são só os clérigos – que defendem mudança. Fomos nomeados pela CEP e é importante que isso não seja esquecido. Durante um ano de trabalho nunca houve interferência da CEP, agimos com total independência e isenção. A CEP esteve na primeira fila na apresentação do relatório, a ouvir coisas que sabia que não ia gostar de ouvir, tudo isso é de louvar. Pergunto: como é que esta Igreja, de repente, entrou na construção de ruído à volta dela própria, dos no-

mes, que é inexplicável e profundamente nefasto, até para ela própria.

Outra leitura pode ser que a Igreja decidiu nomear uma comissão para não dizer que não fez nada.

Tenho o dever de dizer que não, porque estivemos um ano de contactos com a CEP e que foram de apoio claro e inequívoco, com referências positivas públicas ao nosso trabalho. Mas, por exemplo, o acesso aos arquivos foi concedido tardiamente. Não sou tão exigente com a Igreja na expectativa que não seja assim tão exigente comigo, também gosto de lidar com pessoas tolerantes. Evidentemente que a Igreja colocou alguns obstáculos, nos arquivos, alguns bispos que inicialmente tiveram dificuldade em contactar conosco. Percebo alguma retração, mas foi ultrapassada e isso é que é importante. Não foi completamente, porque a parte dos arquivos poderia ter tido uma segunda fase e já não teve, mas, mesmo assim, conseguiu-se um trabalho notabilíssimo por parte do GIH. Estamos à beira da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) que poderia ser aproveitada para enviar uma mensagem positiva ao mundo.

Qual deverá ser?

A Igreja tem de demonstrar uma posição inequívoca, clara, sobre esta matéria. Rapidamente. E devia colocar este tema na JMJ em vez de fugir. Chamar as vítimas e admitir que o Papa receba algumas, discretamente para as preservar. Foi anunciada uma praça do Perdão – não sou capaz de ver uma praça do perdão onde não haja um placard da Igreja a pedir perdão às vítimas dos abusos sexuais no seu seio.

O que espera da audição no Parlamento?

Recomendámos algumas alterações, nomeadamente legislativas, e algumas são da exclusiva competência da Assembleia da República, provavelmente também se querará ouvir a nossa posição sobre isso.

Aprovaram a criação de um grupo de para avaliar alterações à lei.

É importante não alterar os prazos de prescrição porque desequilibra o Código Penal (CP). O que propomos é alterar a idade até à qual a vítima pode exercer o direito de queixa. Não mexe nos prazos de prescrição e, mais importante, tem como grande fundamento mais uma vez a vítima. É a vítima como pessoa, ela e a sua idade, que o CP reconhece como sujeito autónomo, que sofreu um abuso em criança. Espera por ela até ao momento em que tem uma maturidade superior.

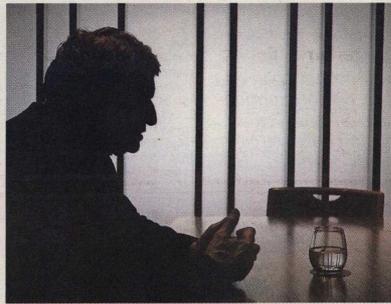
Os tais 30 anos?

Mas podem ser mais, não pode é ser menos.

Uma justificação para não afastar suspeitos é a de que não o Ministério Público (MP) tem dificuldades.

Quando decidimos enviar os 25 casos para o MP estabelecemos uma linha de tempo que é superior ao prazo de prescrição. Aliás, na divul-

continua na página seguinte



» continuação da página anterior

giação destes números, disse que poderiam dividir esses casos em três grupos: os que justificam uma investigação; os que dão lugar a uma investigação de tal maneira complexa que dificilmente terá resultados e os que provavelmente nem investigação terão. Até pode acontecer que nenhum dos 25 casos tenha sucesso na investigação criminal, mas isso é com a capacidade do MP para investigar. Podíamos não ter mandado nada, nada nos obrigava. Agora, não podemos dizer à Igreja para nos enviar os casos e não remeter os que finalizamos. **Se não houver matéria suscetível de condenação perde efeito.** Não pode ser essa a justificação, até porque o MP não chega à condenação, chega à instrução. Tem um processo e acusa ou arquiva. A Igreja não pode dizer que tem suspeitas mas que não se provaram e as pessoas continuam lá. Não ficam inocentes. Não se pode ficar neste limbo: não se provou a culpa mas também não se provou a inocência. Não há nada melhor para um inocente que ver julgada a sua inocência. **Que outras recomendações do relatório poderiam ser já executadas?** Em termos de sociedade civil, as coisas estão a mexer, justamente pela reação que teve o governo, a Assembleia da República, algumas associações de vítimas que tentam encontrar caminhos de solução. Relativamente à Igreja, a sexualidade

está ser introduzida na formação dos sacerdotes, estão a substituir os membros da Igreja por leigos nas comissões diocesanas. Faltam outras coisas importantes. A Igreja tem confessar publicamente a ocultação – no direito canónico há a obrigação de comunicar ao MP estas infrações. A desocultação faz parte de uma viragem histórica e a Igreja portuguesa tem de fazer isso. Tem de compreender que as principais vítimas são as crianças, não a Igreja. **O fim celibato poderia impedir casos?** Há estudos que dizem que não há uma relação entre o celibato e o abusar de crianças. A Comissão não interessa o que se passa com a vida sexual dos padres, só temos esta questão porque estamos a falar de crimes. São práticas sexuais de pessoas que têm uma vida voltada para dentro, não sei se não há aqui uma reprodução muito grande, não sei se muitos dos abusadores não terão sido abusados sexualmente, tem é de ser estudado.

Sento que este crime é desvalorizado, até nos meios judiciais? É importante repensar seriamente os crimes sexuais em geral, e os crimes sexuais contra as crianças em particular, contra a autodeterminação sexual. Só desde 1995 é que são crimes contra as pessoas – eram crimes contra os usos e costumes da vida em sociedade ou contra a honestidade. O que fez com que trespassasse para algumas vítimas, que a vergonha é delas. A vergonha é sempre do abusador e as vítimas têm de ter noção disso. Há pessoas que têm a vida amputada a partir de uma situação desta natureza.

Se voltasse a ser ministro da Justiça que medida tomaria? Como ministro tinha por hábito ponderar as medidas e não tenho pensado sobre isso. Uma que não tenho qualquer dificuldade, seria aumentar para 30 anos a idade da vítima poder apresentar queixa por abuso sexual. E procurar ser ativo na construção de um verdadeiro inquérito de vitimização, o estudo da situação dos abusos sexuais de crianças em Portugal.

“A desocultação faz parte de uma viragem histórica e a Igreja portuguesa tem de fazer isso. Tem de compreender que as principais vítimas são as crianças.”

está ser introduzida na formação dos sacerdotes, estão a substituir os membros da Igreja por leigos nas comissões diocesanas. Faltam outras coisas importantes. A Igreja tem confessar publicamente a ocultação – no direito canónico há a obrigação de comunicar ao MP estas infrações. A desocultação faz parte de uma viragem histórica e a Igreja portuguesa tem de fazer isso. Tem de compreender que as principais vítimas são as crianças, não a Igreja. **O fim celibato poderia impedir casos?** Há estudos que dizem que não há uma relação entre o celibato e o abusar de crianças. A Comissão não interessa o que se passa com a vida sexual dos padres, só temos esta questão porque estamos a falar de crimes. São práticas sexuais de pessoas que têm uma vida voltada para dentro, não sei se não há aqui uma reprodução muito grande, não sei se muitos dos abusadores não terão sido abusados sexualmente, tem é de ser estudado.

Sento que este crime é desvalorizado, até nos meios judiciais? É importante repensar seriamente os crimes sexuais em geral, e os crimes sexuais contra as crianças em particular, contra a autodeterminação sexual. Só desde 1995 é que são crimes contra as pessoas – eram crimes contra os usos e costumes da vida em sociedade ou contra a honestidade. O que fez com que trespassasse para algumas vítimas, que a vergonha é delas. A vergonha é sempre do abusador e as vítimas têm de ter noção disso. Há pessoas que têm a vida amputada a partir de uma situação desta natureza.

Se voltasse a ser ministro da Justiça que medida tomaria? Como ministro tinha por hábito ponderar as medidas e não tenho pensado sobre isso. Uma que não tenho qualquer dificuldade, seria aumentar para 30 anos a idade da vítima poder apresentar queixa por abuso sexual. E procurar ser ativo na construção de um verdadeiro inquérito de vitimização, o estudo da situação dos abusos sexuais de crianças em Portugal.

está ser introduzida na formação dos sacerdotes, estão a substituir os membros da Igreja por leigos nas comissões diocesanas. Faltam outras coisas importantes. A Igreja tem confessar publicamente a ocultação – no direito canónico há a obrigação de comunicar ao MP estas infrações. A desocultação faz parte de uma viragem histórica e a Igreja portuguesa tem de fazer isso. Tem de compreender que as principais vítimas são as crianças, não a Igreja. **O fim celibato poderia impedir casos?** Há estudos que dizem que não há uma relação entre o celibato e o abusar de crianças. A Comissão não interessa o que se passa com a vida sexual dos padres, só temos esta questão porque estamos a falar de crimes. São práticas sexuais de pessoas que têm uma vida voltada para dentro, não sei se não há aqui uma reprodução muito grande, não sei se muitos dos abusadores não terão sido abusados sexualmente, tem é de ser estudado.

Sento que este crime é desvalorizado, até nos meios judiciais? É importante repensar seriamente os crimes sexuais em geral, e os crimes sexuais contra as crianças em particular, contra a autodeterminação sexual. Só desde 1995 é que são crimes contra as pessoas – eram crimes contra os usos e costumes da vida em sociedade ou contra a honestidade. O que fez com que trespassasse para algumas vítimas, que a vergonha é delas. A vergonha é sempre do abusador e as vítimas têm de ter noção disso. Há pessoas que têm a vida amputada a partir de uma situação desta natureza.

Se voltasse a ser ministro da Justiça que medida tomaria? Como ministro tinha por hábito ponderar as medidas e não tenho pensado sobre isso. Uma que não tenho qualquer dificuldade, seria aumentar para 30 anos a idade da vítima poder apresentar queixa por abuso sexual. E procurar ser ativo na construção de um verdadeiro inquérito de vitimização, o estudo da situação dos abusos sexuais de crianças em Portugal.

está ser introduzida na formação dos sacerdotes, estão a substituir os membros da Igreja por leigos nas comissões diocesanas. Faltam outras coisas importantes. A Igreja tem confessar publicamente a ocultação – no direito canónico há a obrigação de comunicar ao MP estas infrações. A desocultação faz parte de uma viragem histórica e a Igreja portuguesa tem de fazer isso. Tem de compreender que as principais vítimas são as crianças, não a Igreja. **O fim celibato poderia impedir casos?** Há estudos que dizem que não há uma relação entre o celibato e o abusar de crianças. A Comissão não interessa o que se passa com a vida sexual dos padres, só temos esta questão porque estamos a falar de crimes. São práticas sexuais de pessoas que têm uma vida voltada para dentro, não sei se não há aqui uma reprodução muito grande, não sei se muitos dos abusadores não terão sido abusados sexualmente, tem é de ser estudado.

● **Lista de alegados abusadores entregues às dioceses pela Comissão Independente**

“O que foi entregue à Diocese de Lamego foi uma lista com apenas dois nomes. A Comissão disse que entregava os nomes com dados e não entregaram nada, só nomes, está em falta. Sei quem são as pessoas, posso chamá-los e eles podem desmentir. O que é que quer que faça com isto? Não sou bruto nem polícial”. É desta forma que o bispo António Couto responde às perguntas do DN sobre a lista de alegados abusadores na diocese entregue pela Comissão Independente. Insistimos: “Pode pedir mais dados.” O bispo devolveu com outra questão: “Como é que posso pedir mais informação se não recebi nenhuma.” É em relação à possibilidade de comunicar ao MP, como referiu publicamente no início, justificou: “Não foram comunicados, porque são apenas nomes e eles não querem saber. Só posso entregar nomes com indícios.” É mais uma reação a juntar às de outros bispos diocesanos, que o fizeram em comunicado – com mais ou menos informação –, além de intervenções públicas. Divulgaram as posições na página online e no Facebook da diocese, uma ou outra através dos jornais diocesanos. Só Lamego e Viana do Castelo não fizeram comunicado.

São 20 dioceses e que receberam envelopes divididos por cada uma, que totalizaram 106 nomes, 103 padres e três leigos. Foram afastados oito padres até que se conheça o resultado da investigação. Os últimos a fazê-lo foram as dioceses do Porto e de Beja; os primeiros Angra do Heroísmo e Évora. Há 39 padres que morreram. Como se vê pela lista construída pelo DN, a hierarquia diocesana revela uma diversidade de decisões e de opiniões

DIOCESSES:

- ALGARVE**
Bispo Manuel Quintas
» 2 nomes
» 1 padre investigado pelo MP e Santa Sé, arquivado
» 1 padre não consta na diocese
- ANGRA**
Bispo Armando Domingues
» 8 nomes
» 4 faleceram (3 padres e 1 leigo)
» 2 padres não considerados relevantes para a CI
» 2 padres afastados temporariamente
» Recebeu mais uma queixa depois das medidas
- AVEIRO**
Bispo António Moiteiro
» 3 nomes
» 2 padres faleceram
» 1 padre investigado pelo MP, arquivado
- BEJA**
Bispo José Marcos
» 5 nomes
» 5 faleceram (4 padres e 1 leigo)

» Acrescentam 4 denúncias na diocese entre 2001 e 2022: um padre demitido, um padre absolvido e outro cujo processo foi arquivado. Um leigo em preparação para o sacerdócio foi expulso.

BRAGA
Arcebispo José Cordeiro
» 8 nomes
» 3 padres faleceram
» 1 padre não consta na diocese
» 1 padre investigado pelo MP, arquivado
» 1 padre punido em processo canónico
» 1 padre afastado temporariamente
» 1 leigo não identificado

BRAGA NOVA/MIRANDA
Sem bispo
» 3 nomes
» 1 padre faleceu
» 1 padre punido em processo canónico
» 1 padre não é da diocese e nome foi reencaminhado

COIMBRA
Bispo Virgílio Antunes
» 7 nomes
» 5 padres faleceram
» 1 padre investigação pelo MP e em processo canónico, arquivado
» 1 padre concluíram que não há abuso após novos dados da CI

ÉVORA
Arcebispo Francisco Coelho
» 2 nomes
» 1 padre faleceu
» 1 padre afastado temporariamente

FUNCHAL
Bispo Nuno Martins
» 4 nomes
» 3 padres não exercem na diocese
» 1 padre não consta na diocese

GUARDA
Bispo Manuel Felício
» 2 nomes
» 1 padre faleceu
» 1 padre afastado temporariamente

LAMEGO
Bispo António Couto
» 2 nomes
» 2 padres – não tomou medidas porque “só tem nomes”
» 2 padres que não constam da lista foram afastados em outubro de 2022, um dos quais detido pela PJ por tráfico de seres humanos e abuso sexual de pessoa incapacitada

LEIRIA/FÁTIMA
Bispo José Ornelas, presidente Conferência Episcopal
» 5 nomes
» 3 padres faleceram
» 1 leigo dispensado
» 1 leigo ainda não identificado, pensa-se que faleceu.

PATRIARCADO DE LISBOA
Patriarca Manuel Clemente
» 24 nomes
» 8 padres faleceram
» 2 padres doentes e retirados
» 3 padres sem nomeação
» 1 padre abandonou o sacerdócio
» 5 padres no ativo
» 4 padres desconhecidos
» 1 leigo

PORTALEGRE/CASTELO BRANCO

Bispo António Dias
» 2 nomes
» 2 padres faleceram
» Tiveram mais uma queixa de de um leigo, numa instituição da Igreja diocesana, que investigam

PORTO
Bispo Manuel Linda
» 12 nomes
» 4 padres faleceram
» 1 padre não pertence à diocese
» 3 padres afastados temporariamente
» 4 padres no ativo

SANTARÉM
Bispo José Traquina
» 0 nomes
» 1 padre que não consta da lista foi condenado em 2015, está a exercer

SETÚBAL
Bispo Manuel dos Santos
» 5 nomes
» 1 padre está em outra diocese
» 1 padre teve dois processos canónicos e está afastado, os atos não se enquadram nos “abusos de menores”
» 1 padre punido em processo canónico e readmitido
» 2 padres não “têm informações” para “averiguar denúncias”

VIANA DO CASTELO
Bispo João Lavrador
» 2 nomes
» 1 padre faleceu
» 1 padre não está no ativo “dadas as suas condições de fragilidade”
» 1 padre proibido de exercer sacerdócio (a 23 de janeiro). Comunicado ao MP e com processo canónico

VILA REAL
Bispo António Azevedo
» 3 nomes
» 1 padre afastado temporariamente, tinha processo
» 1 padre dispensado
» 1 padre está noutra diocese

VISEU
Bispo António Costa
» 5 nomes
» 1 está em julgamento e mantém-se no ativo

FORÇAS ARMADAS E DAS FORÇAS DE SEGURANÇA
Bispo Rui Valério
» 0 nomes
» O Ordinariato Militar para Portugal acompanha católicos presentes no setor militar e policial, todos adultos.

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.

A Comissão decidiu incluir todos os nomes envolvidos nos testemunhos das vítimas: no ativo, mortos, desconhecidos e que tiveram processos anteriores. Para o caso das vítimas reclamarem uma indemnização e apoio, para saber quais são os factos e ligá-los ao seu autor (ver entrevista a Laborinho Lúcio).

A lista elaborada a partir dos comunicados das dioceses, à exceção de Lamego, com cujo bispo o DN falou, e de Viana do Castelo, que falou à agência Ecclesia e Rádio Renascença.